

Proteção absurda

Não se pode entender como uma forma de exploração da população receba apoio oficial, no caso da Prefeitura Municipal de Vitória, responsável pela coordenação e fiscalização do serviço de táxi na cidade.

Esse serviço sempre foi um dos piores e dos mais caros do país. Não é à toa que os capixabas não tenham uma tradição de utilizá-lo com mais frequência, pois não é raro o passageiro ser explorado com cobrança da corrida em valores acima do que marca o taxímetro.

O caso dos táxis que fazem ponto no Aeroporto de Goiabeiras e na Rodoviária de Vitória ainda é mais gritante. Com autorização da Prefeitura, uns poucos motoristas se arvoraram em "donos" desses pontos e podem cobrar uma "taxa de retorno" de 30 por cento além do preço da corrida.

Um absurdo, pois ambos os locais estão situados no perímetro urbano da capital.

Recentemente, surgiram na Grande Vitória dois grupos que vêm prestando, até aqui, um serviço eficiente para quem deseja andar de táxi. Pelo telefone, o passageiro solicita o veículo a uma central de rádio, que aciona o motorista que estiver mais próximo do local. O taxímetro só começa a funcionar depois que o cidadão entrou no carro, ao contrário dos pontos tradicionais, onde o passageiro paga também o trajeto até sua casa.

Fatalmente, esse bom exemplo forçará uma melhoria no atendimento de todos os demais táxis na cidade e adjacências. Mas o absurdo está em que a Prefeitura de Vitória insiste em proteger os que fazem ponto no Aeroporto e na Rodoviária e os

radiotáxis estão sendo impedidos de apanhar passageiros nesses dois locais. Os próprios fiscais municipais estão multando os que, chamados, atendem a passageiros chegados de viagem.

O assessor da Secretaria de Transporte da PMV, João Batista Canholato, em declaração a este jornal, tentou defender essa situação disparatosa argumentando que se trata de uma "questão cultural", apesar de reconhecer que ela não se justifica.

Isto não pode continuar pois fere os direitos individuais. Os passageiros têm o direito de escolher o que lhes é mais conveniente e os motoristas dos radiotáxis não podem continuar sendo discriminados pela Prefeitura só porque prestam um bom serviço. Com a palavra as autoridades municipais.